



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Ata nº 9/2023-----

-----6ª Sessão Extraordinária de 2023 – Mandato 2021-2025-----

-----Reunião de 7 de agosto de 2023 -----

-----Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, em cumprimento da convocatória emanada nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária, realizada no Salão Nobre dos Paços do Concelho, na freguesia e concelho de Portimão sob a Presidência da sua Presidente, **Isabel Andrez Guerreiro**, coadjuvada por **Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café**, Primeiro Secretário da Mesa.---

NOMES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Cristiano Damaso Malha Gregório	Partido Socialista
José Luis Mateus Barbudo	Partido Socialista
Alzira Maria Maças Calha	Partido Socialista
Paulo Jorge Domingos dos Santos Riscado	Partido Socialista
Maria de Lurdes Montêz Serralheiro Reis	Partido Socialista
Maria da Luz Cabeça Santana Nunes Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	Partido Socialista
Mónica Isabel Martins Fernandes Secretária do executivo da Junta de Freguesia de Alvor	Partido Socialista
José Vitorino da Silva Nunes – Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	Partido Socialista
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Raquel Gonçalves Bernardino	Partido Social Democrata
Ricardo Jorge da Silva Viana	Partido Social Democrata
Bruno Miguel Lourenço Candeias	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Jorge Daniel Alves Carneiro de Melo	CHEGA
Rui Alberto Pires	CHEGA
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
Marilu Veiga Correia Batista Santana	Bloco Esquerda
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes de Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Ricardo Nuno do Nascimento Vieira	PAN

-----Apresentaram pedido de substituição, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos do artigo 78º e 79º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o qual, *a contrario*, se mantém em vigor por força do disposto na alínea d) do n.º1 do artigo 3º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os seguintes Membros Municipais: -----

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
BE	Marco Paulo Pereira	6 meses	20/04/2023 A 20/10/2023	Marilu Veiga Batista Santana
Chega	Luís Filipe Alves Custódio	1 ano	02/06/2023 A 02/06/2024	Patrícia Alexandra Ferro
Chega	Patrícia Alexandra Ferro	1 ano	18/07/2023 A 18/07/2024	Jorge Daniel Carneiro
Chega	Paulo Jorge Nascimento Canha	1 dia	07/08/2023	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias
Chega	Rodrigo Jorge Tomé Jeremias	1 dia	07/08/2023	Anabela Nunes Chaves
Chega	Anabela Nunes Chaves	1 dia	07/08/2023	Rui Alberto Pires
PS	Carlos Alberto Osório	1 dia	07/08/2023	Cristiano Malha Gregório
	Pedro Jorge Moreira	1 dia	07/08/2023	José Luís Barbudo



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



PS				
PS	José Manuel Figueiredo Santos	1 dia	07/08/2023	Alzira Maria Maças Calha
PS	Sheila Gassin Tomé	1 dia	07/08/2023	João Pedro Marreiros Rosa
PS	João Pedro Marreiros Rosa	1 dia	07/08/2023	Paulo Jorge Santos Riscado
PS	José Júlio de Jesus Ferreira	1 dia	07/08/2023	Maria de Lurdes Montêz Reis
PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	07/08/2023	Raquel Bernardino
PSD	Natalino António Alves	1 dia	07/08/2023	Ricardo da Silva Viana
PSD	Américo Leonor Mateus	1 dia	07/08/2023	Bruno Miguel Candeias
PAN	Daniela Marlene da Conceição Duarte	1 dia	07/08/2023	Ricardo Nuno Cândido

-----Apresentaram pedido de representação, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do artigo 18º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, o seguinte membro: -----

Força política	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Ivo Miguel Inácio Carvalho	1 dia	07/08/2023	Mónica Isabel Martins Fernandes

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo:-----

NOMES	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Isilda Vargês Gomes	Presidente – Partido Socialista
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice – Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora - Partido Socialista



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



José Pedro Henrique Cardoso	Vereador – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Ana Maria Chapeleira Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador – CHEGA
Luís Manuel de Carvalho Carito	Vereador – Coligação “Portimão Mais Feliz”

-----Quando eram vinte e uma horas e treze minutos, constatada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou aberta a **6ª Sessão Extraordinária de 2023**, cumprimentando todos os presentes, e referir que a Dra. Isabel Abalada de Matos está aqui para nos acompanhar nesta discussão e votação da deliberação da hasta pública que trazemos hoje aqui na ordem de trabalhos. -----

-----Em seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o **ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos**. -----

-----Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao único cidadão inscrito, **Armando da Conceição**, cuja intervenção se transcreve na íntegra: -----

----- «Boa noite a todos os nossos representantes desta Câmara, em especialmente que está presente a Dra. Isilda Gomes e o senhor Vice-Presidente e a senhora vereadora dona Teresa Mendes. O que me traz aqui que é a primeira vez Dra. Isabel Guerreiro, o que me traz aqui em sofrimento é o seguinte. E queria que a minha Presidente Dra. Isilda Gomes, me respondesse aqui firmemente se eu tenho direito ou não para todos saberem, que eu meti papéis, eu gasto, tenho gastos. Informaram-me lá em baixo, a Dra. Isabel diz que eu não tenho direito a nada como idoso desta cidade com oitenta e um anos de idade e espero que todos tenham, que compreendam. Se estão do meu lado, dos idosos, eu pergunto, estão do meu lado dos idosos, ou não? Eu pergunto firmemente se estão do meu lado e de todos os idosos? Eu pergunto. -----

-----Sua santidade Francisco, disse, «não tenham medo», eu não tenho medo, não tenho medo. É a primeira vez Dra. Isabel Guerreiro que falo consigo nesta Câmara com respeito e educação e então queria que a minha Presidente me respondesse se eu tenho direito ou não. Queria. -----

-----Outra coisa, não temos médico da pele, Dra. Isabel Guerreiro, não sei se o homem morreu, se é vivo ou não, e então o eleitor desta Câmara Paulo José da Conceição, que é o médico que me está a guiar quando me dá alguma coisa, teve que se dirigir a Lisboa para o Garcia da Horta para ser tratado. Agora, chamaram lá outra vez, ele não tem dinheiro, eu pergunto à minha querida Dra. Isabel Guerreiro, com respeito, se não há uma coisa para os pobres não pagarem as injeções, cento e tal euros cada injeção. Tive que eu com a minha reforma ajudar, eu não devo nada a esta Câmara, tenho tudo pago. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Outra coisa, eu pergunto onde é que está a igualdade para todos? Não está. O senhor Primeiro-Ministro, Dr. António Costa diz que ia acabar com as desigualdades, eu não vejo igualdade para mim nem para outros. Eu vejo sair da Câmara meninos com dinheiro, eu não. Eu pergunto democraticamente porquê eu não ter direito. Respondam-me por favor. -----

-----Exames, Dra. Isabel Guerreiro, também fui chamado no dia 18 de maio a este médico Dr. Diogo Veiga, nada de resposta, nada. Um exame também nada, como é que se chama isto? Uma ecografia, eu pergunto onde é que eu posso ir tirar uma ecografia para não pagar nada, como sou isento. Acho que, eu não sei se há no hospital, eu não sei, eu pergunto-lhe, está aqui tudo para os senhores verem». -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer ao cidadão que as suas questões foram colocadas, algumas poderão ser respondidas pela Câmara eventualmente, outras não serão e, portanto, fica aqui registada a sua questão, está bem? Senhor Armando, obrigada. -----

-----Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao **Ponto 2.a)** Discussão e Votação da *Hasta Pública de Venda do Imóvel Rústico sito no Barranco do Rodrigo*, Freguesia e Concelho de Portimão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o n.º 3291/19901015 e inscrito na matriz predial rústica de Portimão sob os artigos matriciais respectivos n.ºs 4 e 57, da Secção AB, com a área total de 373.320,00m², pelo valor base de licitação de 10.986.000€ (Dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros), dos respectivos "Programa do Procedimento de Hasta Pública para Alienação de Activo Imobiliário sito em Barranco do Rodrigo" e "Caderno de Encargos", ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º, do n.º 2 do artigo 77.º, dos artigos 86.º e seguintes e dos artigos 108.º e seguintes, todos do RJPIP, e nos termos do disposto no art. 25º, nº 1, alínea i), do Dec. Lei 75/2013, de 12/09, "autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respectivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública", nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 429/23.**----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer à senhora Presidente que relativamente a este assunto e conforme a proposta que entreguei a vossa excelência, remeti a vossa excelência no passado dia 21 de julho, uma vez que recebemos esta tarde, creio que por volta das quatro e meia a sua decisão de não convocar o referendo local sobre esta matéria, entre outras matérias que estavam lá contempladas, nós fizemos chegar, nós digo, portanto, a bancada fez chegar a vossa excelência ainda há um bocadinho por volta das vinte horas, uma nova proposta de referendo local exclusivamente sobre a questão da hasta pública desta vez, portanto retificada exclusivamente sobre a questão da hasta pública, pensando nós que esta proposta reformulada vai de encontro às observações que vossa excelência acolheu na sua decisão, nomeadamente as que estão vertidas nos pareceres jurídicos que solicitou e, portanto, para nós, para esta bancada é fundamental que a decisão



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sobre esta questão da alienação do prédio, nos termos em que foi aprovada pela Câmara Municipal e nos termos em que vem aqui hoje a esta Assembleia seja precedida de uma discussão pública ampla, de um debate público participado e esclarecedor, no sentido também de perguntar às pessoas, aos cidadãos se querem ou não essa solução. Isto era só um ponto prévio que queria deixar aqui de conhecimento à Assembleia. -----

-----Depois, entrando aqui na questão substantiva que nos traz aqui hoje. Há aqui várias questões mais técnicas, outras mais gerais, digamos assim, que nos fazem a nós nesta bancada rejeitar esta proposta e debatermo-nos contra esta proposta nos exatos termos em que é aqui trazida. -----

-----A primeira questão tem que ver com uma confusão que reinou aqui até o assunto ser deliberado em reunião de Câmara com o valor base da licitação da hasta pública. Primeiro, falava-se em oito milhões, setecentos e cinquenta mil euros, foi esse valor que foi, enfim, foi objeto aqui de confirmação numa informação técnica da técnica que elaborou em 02-06-23, refere que este valor para hasta pública é o da primeira avaliação, oito milhões, setecentos e cinquenta mil euros. É esse valor que é levado a reunião de Câmara e depois a mesma técnica no dia 16 vem dizer o seguinte aqui numa ficha, «o presente assunto foi a reunião de Câmara extraordinária em 15-06-2023, conforme indicado pelo senhor vereador», não se sabe qual, o executivo camarário decidiu alterar o valor para efeitos de hasta pública para dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros», e a senhora Presidente da Assembleia na proposta de deliberação que está vertida na convocatória para esta sessão de hoje, refere exatamente este valor, mas na deliberação de Câmara não há qualquer referência ao valor base, e estranhe-se no caderno de encargos que nos fizeram chegar, o valor base que está, é oito milhões, setecentos e cinquenta mil euros, não são os dez milhões que eu acabei de referir e, portanto, há aqui alguma confusão e há aqui alguma falta de fundamentação, eu até diria sob a questão dos oito milhões, setecentos e cinquenta mil euros em detrimento dos dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros. Atenção, note-se que nós não estamos a favor do valor mais baixo necessariamente como é evidente. -----

-----A questão é que se nós olharmos para o segundo relatório de avaliação que é o mais recente, e se olharmos para a página oito nove aqui no quadro em que diz valores diferenciados do terreno, o valor de dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros que parece que será o valor de base para hasta pública corresponde à soma dos valores de terreno das várias parcelas, não é só das parcelas, dos artigos rústicos quatro e cinquenta e sete, que são aquilo que está aqui na deliberação e, portanto, ficamos aqui sem saber se houve aqui algum lapso, se pegaram, enfim, de uma forma se calhar um bocadinho inusitada neste valor correspondente à soma destas várias parcelas, porque de acordo com o relatório de avaliação, o valor para estas parcelas a alienar, volto a dizer artigos quatro e cinquenta e sete, são oito milhões e vinte e seis mil euros, não são os dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros. É óbvio que o executivo tem toda a discricionariedade para dizer assim, «bom, nós acima do valor que consta do relatório de avaliação podemos pôr o valor que entendermos». É verdade, mas convinha que essa decisão que é de certa forma discricionária, embora em princípio seja em proveito do erário público, fosse devidamente



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



fundamentada para que nós aqui percebêssemos também qual é a razão de ser de estar num valor e não o outro, não está fundamentada nem está explicada. -----

-----Bom, mas há aqui outras questões mais gerais senhora Presidente e que nos preocupam e que nos fazem seriamente, enfim, pôr em causa esta deliberação. -----

-----Como eu disse e vou tentar terminar o mais breve possível, estes dois artigos rústicos estão integrados num plano pormenor que foi aprovado em 2008. De 2008 para cá, não foi executado. A senhora Presidente de Câmara poderá dizer, «bom, eu em 2008 não estava no executivo», é verdade, não estava, mas estive a partir de 2013, ou seja, está há dez anos como Presidente de Câmara. Nestes últimos dez anos, nada foi feito e agora à pressa, pretende-se, note-se até 31 de dezembro deste ano, que é o prazo limite para classificar aquele solo como urbano, pretende executar uma parte do plano que é a parte habitacional, a quatro meses, pouco menos de quatro meses do final desse prazo. Portanto, isto aqui gera-nos uma confusão e uma estranheza imensas, como é que não se praticaram atos de execução deste plano, como é que não se adequou este plano em função da evolução urbanística do concelho à nova realidade que existe em Portimão e agora à bica, não me referindo aqui ao apelido da senhora Presidente da Assembleia, à bica do plano caducar, quer-se executar uma parte do plano. Não percebemos e nem compreendemos qual é a opção que está aqui subjacente e, portanto, para terminar diria que, o tempo que nos medeia ou que nos separa do final deste ano é em termos prováveis, manifestamente insuficiente para que aconteça alguma coisa ainda que esta hasta pública venha a ser aprovada e executada, porque não acreditamos sinceramente que em pouco mais de quatro meses, ou melhor, em pouco mais de três meses, melhor dizendo, se consiga fazer a hasta pública, avaliações de impactos ambientais e licenciamento do que quer que seja para aquelas duas unidades prediais e, portanto, para já, ficava por aqui. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que relativamente ao ponto inicial, queria apenas referir que recebeu há pouco, ainda não teve oportunidade de ler, leu a parte final, mas não leu nada daquilo que é a fundamentação e, portanto, nos termos daquilo que é a lei orgânica do referendo local, haverá de se pronunciar cumprindo os respetivos termos, como, aliás fez hoje antes do prazo terminar a tempo até de ser conhecido por esta Assembleia Municipal para que essa situação não estivesse no ar em termos daquilo que seria a sua decisão relativamente a essa matéria. E queria só referir isso e por isso será dado conhecimento depois de eu analisar da decisão que tomarei relativamente ao pedido que foi feito hoje pelo Portimão Mais Feliz. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que estão hoje ali para debater o mérito da proposta apresentada pelo executivo municipal para a venda em hasta pública de um terreno de propriedade do município localizado ali no barranco do Rodrigo e que liga a zona do antigo palácio à nossa tão aprazível praia do Vau. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Este terreno com as suas características é provavelmente a última joia da coroa municipal pelo menos, e é certamente um dos mais cobiçados aqui na região do Algarve, quer pela sua dimensão, quer pela sua localização junto à orla costeira. Por tudo isto, é um importante ativo e com um potencial estruturante e estratégico enorme para Portimão, pelo que a sua alienação exige de todos nós uma análise profunda para que possamos tomar uma decisão devidamente informada e consciente. Desse modo, porque a deliberação submetida a esta Assembleia Municipal suscita nesta bancada algumas dúvidas, eu gostaria de ver esclarecido o seguinte. Primeiramente, e, porque o executivo nada diz sobre este assunto nos documentos que nos foram entregues e consideramos ser um fator importante obtermos esclarecimentos por parte do executivo sobre qual o fundamento que embasa a discussão, a decisão melhor dizendo da realização da venda em hasta pública deste terreno. Porquê essa opção. Quais são as vantagens consideradas pelo executivo para o desenvolvimento deste projeto através de um investidor público, quando a própria Câmara Municipal possui recursos financeiros mais que suficientes para assumir ela própria a liderança do processo caso assim o pretendesse. -----

-----Outra questão que gostava de deixar aqui, era a concretizar-se esta venda, qual é o destino que tencionam dar o executivo à sua receita. Será para abater a dívida do FAM, poupando-se assim o pagamento de juros e recuperando alguma autonomia em matéria fiscal perdida? Não sei, não é dito nada sobre esse assunto e gostava de ver esclarecido esse ponto. -----

-----Em segundo, e após falarmos com algumas pessoas ligadas a esta área, formou-se a convicção na nossa bancada que para avançar este processo, este processo está dependente da aprovação de um estudo de impacto ambiental, da alteração do uso de solos nalgumas parcelas, mais concretamente falo da subdistribuição que querem fazer dos equipamentos do campo de futebol, da piscina, do pavilhão e do espaço destinado ao comércio que à partida será para implementar o futuro campus universitário, obrigando também provavelmente a uma alteração até do próprio plano de pormenor aprovado nesta casa em 2008. Por isso tudo e, porque isto é importante para uma correta avaliação daquele ativo, é importante conhecer as suas reais potencialidades e capacidades para obrigar os equipamentos projetados. Por esse motivo, nós gostávamos de perguntar porque é que esses estudos não foram feitos previamente antes de nos ser entregue esta proposta. -----

-----Em terceiro, e a concretizar-se os projetos existentes como estão aqui planeados para este espaço, tal vai implicar uma movimentação diária naquela zona de mais de duzentos e cinquenta agregados familiares e de alguns milhares de estudantes, presume-se. Isto numa cidade já por si deficitária em termos de rede viária. Por isso, eu perguntava se já foi realizado algum estudo sobre o impacto deste projeto a nível do tráfego rodoviário, bem como se está previsto para além da construção dos arruamentos inseridos no loteamento, a construção de alguma nova via, de modo a não sobrecarregada a já tão sofrida ao trânsito que se verifica na nossa V6 e na zona da Pedra Mourinha. -----

-----Por último e dado que a clareza da informação ser algo essencial para uma boa decisão e uma decisão que se quer justa e responsável, gostaria ainda de ver esclarecido o valor da hasta pública, já que



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



nos documentos que nos foram entregues existem divergências quanto ao valor da mesma, ou seja, é mencionado o valor de dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros na informação da folha oito, informação essa de uma técnica que nem está por sua vez retificada por nenhum vereador, nem por ninguém do executivo camarário, ao passo que na página treze, por exemplo, do caderno de encargos, surge o valor de oito milhões, setecentos e cinquenta mil euros, ou seja, são dez milhões, são onze, são oito. Gostávamos de ver isso, porque também é importante certamente. -----

-----Para finalizar, queria só deixar aqui um apelo ao executivo municipal para que responda e tente responder com clareza àquilo que nós perguntámos, porque para um debate sério e construtivo como aquele que nós queremos fazer aqui nesta casa, é importante obter esse feedback para que nós possamos depois de uma forma séria também votar em consciência aquilo que é melhor para Portimão e para os portimonenses. Uma boa noite. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o PS aqui, de facto, as dúvidas do Portimão Mais Feliz e se calhar as dúvidas do PSD, terão alguma razão de ser e outras se calhar não, porque se lerem o caderno de encargos e o programa de procedimentos deste plano de pormenor e daquilo que vai instruir a hasta pública, todas essas dúvidas acabam por ser esclarecidas, porque em relação ao relatório de avaliação, ele é o último, é o de junho de 2023 e o valor é concreto, chega-se a esse valor de acordo com a explicação que a técnica faz nas páginas desse relatório, senão não chega ao valor dos dez milhões, novecentos e oitenta e seis se não seguir um relatório de avaliação. Se o seguir consegue chegar a este valor. De facto, há aqui uma diferença no caderno de encargos que não terá sido atualizado por algum lapso, porque também são procedimentos se calhar um bocado extensos e há coisas que também podem aqui ainda vir a ser retificadas, porque na sequência desta Assembleia, o valor base de venda da hasta pública fica definido e, portanto, a Câmara a partir daqui poderá avançar com este procedimento por este valor, ou até como o senhor deputado disse por um valor até superior se entender que, entretanto é pertinente para o município e para os interesses do município. O caderno de encargos que temos aqui é bastante detalhado desde a hasta pública até à entrega da parcela que é aqui explicada, atendendo ao decurso de tempo de 2008 quando o plano foi aprovado até agora, de que há alguma alteração de interesses do próprio município e dos próprios cidadãos que aqui vivem e, portanto, aquilo que foi definido naquela altura hoje não se justificaria estar a fazer outro centro comercial, nem uma piscina olímpica, nem outro estádio, quando temos essas infraestruturas desportivas aptas para serem utilizadas pelos portimonenses. -----

-----Em relação aqui a algumas questões mais técnicas e que de facto a Dra. Isabel Abalada Matos se calhar também podia ajudar-nos aqui a esclarecer, para podermos depois avançar com uma situação do voto mais sólido e esclarecido, eu fazia-lhe aqui duas ou três questões que se me levantaram se calhar por causa do procedimento que não será tão explícito talvez no caderno de encargos, mas que com certeza a Dra. saberá esclarecer, que é, parece aqui, portanto, o município não resolveu ou resolveu o ano passado



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



na sequência do memorando com a CCDR e com a Universidade do Algarve avançar com a cedência deste espaço para fazer um campus universitário que irá manifestamente melhorar a cidade e trazer talentos e trazer mais conhecimento e outro tipo de pessoas e outro tipo de público e de utentes que esta cidade provavelmente precisa para não estar tão afeta ao turismo e só ao turismo. Eu pergunto, este plano pormenor atenta este limite de prazo que a gente conhece da reclassificação dos solos, com a hasta pública inicia-se, portanto a execução do plano, certo? E ao iniciar-se a execução do plano com esta hasta pública o plano fica em decurso, portanto a partir daí prosseguem-se os outros trâmites todos, inclusive com quem comprar, ou se não for com quem comprar outros trâmites que venham a seguir para poder preencher esse lapso de tempo para ele não terminar se não houver prorrogação deste prazo a nível governamental. Certo? -----

-----Interveio a Dra. **Isabel Abalada Matos**, para dizer que pode enquadrar-se no artigo oitenta e dois da lei de solos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, eu só estou a colocar as questões e a Dra. depois... em relação à consolidação, portanto como solo urbano, este plano pormenor para o preponente e para aquele que vier a adquirir este espaço, ele seguirá o caderno de encargos, seguirá o programa de procedimento e fará com que o compromisso que esta Câmara teve com a CCDR seja cumprido em que lapso temporal? Há um prazo para a execução deste plano pelo adquirente, como é que o município gere esta situação, uma vez que terá com certeza pressa em fazer a receção do tal lote cento e sessenta e quatro para podermos promover a entrega à Universidade do Algarve e instalar o campus universitário. Ficaria por aqui, a Dra. portanto verificará estas questões e com certeza saberá responder para nos tirar aqui algumas dúvidas e compreendermos o interesse estratégico da aprovação desta hasta pública para dar início à execução do plano e disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que antes de dar a palavra à senhora Presidente de Câmara queria só intervir para fazer um esclarecimento, uma vez que houve já aqui várias questões à volta da questão do valor base de licitação. No edital está fixado o valor de base de licitação, eu entendi enquanto Presidente da Assembleia Municipal que tinha elementos suficientes nos documentos que me levavam a entender que este era o valor base de licitação e uma vez que a Câmara Municipal tem competência para dar início ao procedimento, mas o procedimento só se concretiza com a deliberação da Assembleia Municipal, e estando no aviso, estando no edital e na convocatória os dez milhões, penso que estará ultrapassada a questão. Não estará se a senhora Presidente da Câmara ao fazer a sua intervenção disser coisa contrária e aí eu terei que aceitar que a proposta da Câmara não tem esse valor. Eu percebi, quer daquilo que é o relatório de avaliação, aquilo que está transcrito na informação que foi a deliberação de Câmara e que depois foi transcrito pela técnica, que inclusivamente está descrito no memorando de apoio à decisão efetuado e realizado pela Dra. Isabel Abalada de Matos e quer no relatório de avaliação, esse seria o valor que teria sido discutido e consensualizado em reunião de Câmara e por esse facto embora aceitando a crítica que é correta que não



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



está no caderno de encargos, não foi alterado o caderno de encargos entre a última proposta de deliberação e a atual, mas os documentos supervenientes são no sentido de concluir, uma vez que enquanto Presidente da Assembleia Municipal coloquei pelo valor base de licitação dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil, não havendo outra questão, está resolvido, a situação está resolvida. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o senhor membro desta Assembleia Municipal Vítor Couto disse que é a última joia da Câmara Municipal. É verdade, todos reconhecemos e, portanto, devemos e deve concordar comigo aproveitar esta mais-valia que a Câmara tem neste momento e, portanto, temos que a aproveitar. -----

-----Depois, porquê a venda em hasta pública? Porque é a forma mais clara, mais transparente para se poder fazer uma venda. Aliás, eu a partir de uma determinada altura dei ordens para que todas estas atribuições, ou melhor, todos estes concursos sejam feitos por hasta pública, porque assim ninguém depois vem dizer, «fui preterido por outro que de facto não tinha o direito que eu tinha», etc. Portanto, para mim é a forma mais transparente de se fazer a alienação deste espaço. -----

-----Depois, a pergunta relativamente à receita. Com toda a transparência também que me pediu para ter e toda a sinceridade, o que eu lhe vou dizer, é que a nossa intenção é que uma parte seja para abater no FAM e outra, seja caso venha a ser necessário, para ajudar, apoiar a construção do campus universitário. Portanto, uma parte para abater na dívida, outra para dar um empurrão ao campus universitário. -----

-----Depois, obviamente que falou aí e muito bem, porque de facto a partir do momento em que a universidade for construída e naturalmente as construções das habitações, se bem que, já agora esclarecer que as habitações são só de rés-do-chão e primeiro andar, portanto não é mais nada, é rés-do-chão e primeiro andar, é aquilo que está aprovado, não é? Exatamente. -----

-----Depois, nós pensámos exatamente e já estamos neste momento com o projeto a andar, fazer a V2, a V2 que vai aqui da V6 à Forportil e, portanto, já corta aqui muito o trânsito, portanto, e, já evita de facto alguns problemas de trânsito. É claro que se houvesse ali um centro comercial, se houvesse todos os outros equipamentos que estava previsto serem construídos, eu diria que o peso em termos de deslocações e o campo de futebol seria muito maior do que só ter a universidade e as cento e cinquenta habitações. Portanto, era muito maior e, portanto, assim estamos a reduzir também esse tipo de pegada ecológica. -----

-----Depois, dizer o seguinte. Quanto ao valor, é de facto dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil e aqui o senhor vereador João Gambôa estava a ver ali nas peças, porque nós mandámos alterar no caderno de encargos e o que ele tem ali está alterado, não sei como é que depois não passou, ou foi uma outra versão, porque o que ele tem aqui está alterado para os dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil, e digo-vos mais, a proposta até partiu de um colega da oposição e nós naturalmente concordámos com a proposta, entendemos que sim senhor que se justificava, porque e muito bem como o senhor membro



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



desta Assembleia Vítor Couto disse, aquilo é um dos espaços premium hoje em Portimão e, portanto, quem o quiser, tem que o pagar obviamente. -----

-----Depois, por outro lado, só esclarecer aqui uma coisa, é que são cerca de quarenta hectares, só sete é que são privatizados, só sete hectares, o resto é público, é para a universidade e é naturalmente para nós fazermos aquilo que nós tanto ambicionamos, que é o parque, parque verde, para termos ali um verdadeiro parque verde. -----

-----Dizer porque é que é nossa urgência também. A urgência é também da universidade, porque ao que parece, foi conseguido, ou vai ser conseguido financiamento para construir o campus e, portanto, temos que nos despachar agora para não perdermos esse financiamento, portanto felizmente houve um entendimento com a comunidade europeia, com a comissão europeia, no sentido de vir a apoiar o campus universitário pela diferenciação dos cursos que vão ser ministrados ali e, portanto, se temos apoio temos que o aproveitar maximamente e, portanto, daí também a nossa urgência. Portanto, é quanto me cumpre dizer, porque de facto está tudo dito, e agora queria passar à Dra. Abalada Matos, a quem agradeço desde já a sua presença e a sua disponibilidade, se a senhora Presidente me dá licença. Senhora Presidente, dá-me licença que eu passe à Dra. Abalada Matos? Muito obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Dra. **Isabel Abalada Matos**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a ela cabe-lhe só fazer aqui alguma, enfim, correção ou alguma explicação às perguntas e às questões que foram colocadas do ponto de vista técnico, não é? Porque eu preparei as peças de procedimento tendo por base o plano de pormenor do barranco do Rodrigo e compreendo a preocupação que têm e a preocupação também foi nossa e foi também nos transmitida pela Câmara relativamente ao prazo de dezembro de 2023 e se este procedimento todo com toda a sua termitação e toda a sua complexidade não vai ficar concluído antes dessa data, não vai ficar concluído antes dessa data obviamente, ainda por cima se tiver e como vai ter com toda a probabilidade lugar a uma avaliação de impacto ambiental. Agora, aquilo que nós pensamos, é que quando é lançada uma hasta pública e mais do que isso, quando é adjudicado em hasta pública a execução do plano, isto constitui na esfera jurídica do terceiro adquirente direitos preexistentes e juridicamente consolidados que se enquadram na norma da lei de solos, do artigo oitenta e dois da lei de solos, que podemos qualificá-lo como um contrato de desenvolvimento urbano, que permite que esses solos mantenham a sua classificação como urbanos, solos que eram urbanizáveis e que, portanto terão que cair ou para urbanos, ou para rústicos, mas a lei de solos permite que aqueles solos que já tenham direitos constituídos e neste caso nós entendemos que uma hasta pública já confere direitos, porque já há terceiros adquirentes e, portanto, que esses solos possam ser considerados e mantidos, ou mantenham a sua natureza e o seu carácter urbano e, portanto, não estejam abrangidos pela norma do 199 do RGIT, ao fim ao cabo estão abrangidos na media em que essa norma manda aplicar o artigo oitenta e dois da lei de solos e, portanto, entendemos que assim que começar a execução e a execução começa com o lançamento da hasta pública e com a adjudicação, se entende que este solo já está em execução e por isso respondendo a uma pergunta, um comentário, aliás de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



alguém, do senhor deputado municipal creio eu que dizia não vai haver tempo para tudo, não, não, não vai haver tempo para tudo, não vai haver tempo para aprovar a loteamento até dezembro obviamente, mas vai haver tempo para constituir direitos preexistentes e juridicamente consolidados que já podem levar à caracterização e à classificação do solo como urbano. Pronto, eu creio que esta era a explicação que pretendiam, penso eu. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referir que tem aqui algumas questões, muitas delas já foram aqui apresentadas, também algumas já esclarecidas e vai-se cingir a duas áreas concretas. Relativamente ao campus universitário que já foi aqui falado, que será um campus universitário diferenciado, trará valor para Portimão, estamos a falar de um campus universitário que vai ser implementado num lote que tem vinte mil metros quadrados para implantação, que para ter uma noção comparativamente com o que existe, por exemplo, em Faro, nas Gambelas, na área onde temos o edificado são cinquenta e três mil metros quadrados, isto sem contabilizarmos estacionamento, zonas verdes envolventes, sem contabilizarmos residências. A minha pergunta é, como é que se vai fazer um real campus universitário num lote que apenas tem vinte mil metros quadrados? É muito, é verdade, mas não será um campus universitário, parece-me talvez novamente um polo universitário como já temos aqui em Portimão e será uma deslocação do polo que temos aqui em baixo lá para cima, parece-me que seja isto, mas gostaria de ouvir qual é que é a ideia do que foi falado com a Universidade do Algarve para melhor aqui enquadramento.

-----Depois, também questionar o executivo qual é que é a ideia do destino a dar então aos lotes A, B e C, porque já aqui foi apresentado pelo PS, não faz muito sentido termos um estádio e ter uma piscina e ter mais um campo, penso que um polidesportivo, qual é que é a ideia do executivo para implementarem nestes três lotes, ou se estes três lotes depois vão ser aglutinados ao espaço verde que temos a norte e fazer a dita língua verde que no passado a senhora Presidente já o referiu e a minha pergunta é claramente, se a ideia é juntar tudo isto e toda aquela zona ser efetivamente um verdadeiro parque verde e uma língua verde de natureza, onde os portimonenses possam estar em contacto com a natureza, porque não têm mais praticamente espaço nenhum para o fazer. -----

-----Depois, a questão da urgência já aqui foi explicada, não há muito mais a dizer. -----

-----Relativamente, como a senhora Presidente falou das moradias, se são apenas de dois andares e que é o espaço premium, ou um dos últimos espaços premium que o município tem e volto à primeira vez que me dirigi à senhora Presidente com a mesma pergunta, para quando Portimão para os portimonenses? Porque estas moradias certamente não serão para os portimonenses e os portimonenses efetivamente precisam de muitas casas, apesar de que já sei que me vai dizer que existem outras iniciativas que já estão a ser construídas, mas não são o suficiente, não são o suficiente, senhora Presidente. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda em 2008 já tinha



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



votado contra este projeto e mais, este projeto que foi à votação, havia três projetos que foram à votação e este é o que tinha mais área de construção, havia um que até tinha um lago, que essa água era reutilizada e tudo e não e aqui em 2008, a Câmara preferiu mais a área de construção do que propriamente os espaços verdes. Por isso, como também está aqui numa declaração de voto do Chega, que diz que um dos vereadores disse que até a hasta pública até estes dez milhões, oitocentos e oitenta e seis mil até era pouco, via-se que na altura custava, na altura foi proposto vinte e cinco milhões, mas o que acontece é que, acho que a Câmara devia de ter coragem, se isto é um sítio premium e se isso é para os portimonenses e já que não é para os portimonenses, são uns poucos portimonenses que têm dinheiro para comprar aquelas casas, porque é que não fica mesmo um espaço verde à séria, não se fazia construção nenhuma, ficava completamente, abdicava-se dos dez milhões, acho que a Câmara tem trinta e um milhões em caixa, dez milhões não ia fazer grande diferença à Câmara e este espaço devia ser totalmente verde com seriedade e também para combater as tais alterações climáticas e tudo mais e também como já foi dito aqui não vou-me repetir o trânsito e muito mais. -----

-----Quanto ao polo, o polo até me fugiu a boca para a verdade que isto vai ser mais um polo, porque a dimensão que já foi dito aqui é mais para ser um polo universitário. Este caso também podia ser diferente, já ouvi outras teorias, não é a minha, outras teorias que ouvi de outras pessoas, que este polo devia ser feito era na Mexilhoeira Grande, ou ali junto ao Rasmalho, tem o fim da autoestrada a acabar ali, podia ser em zonas... eu acho que a própria universidade devia ser na Mexilhoeira Grande, ou ali junto ao porto de Lagos, ou ali junto àquela zona que tem ali a autoestrada quase ali perto e temos os nossos transportes públicos, devia ser um polo âncora para desenvolvimento dessas zonas. Por isso, o Bloco de Esquerda vai manter o seu voto, vai votar contra e acho que no caso do referendo devia sair mesmo à frente, foi pena não haver aqui uma massa que se pudesse juntar e fazer mesmo o referendo e pôr isso mesmo aos portimonenses, se querem um espaço verde da cidade premium, ou se querem construções premium para os outros. É que eu acho que isso devia ser feito para todos os portimonenses e poderem votar o que queriam para a cidade e acho que devia ser feito esse referendo, devia ser o único aqui se calhar no Algarve e se calhar a nível nacional, mas devia ser feito e as pessoas escolherem o que pretendem para a sua cidade acho que devia ser um momento histórico na nossa cidade. No entanto, fico-me por aqui e tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que têm aqui uma série de perguntas a fazer, dado até o carácter que já chamaram aqui como sendo a coroa do município deste plano de pormenor do barranco do Rodrigo e, portanto, para já, queriam perguntar o porquê e quais os motivos que levam a Câmara a alienar património público. -----

-----Depois, o porquê de não ter sido a própria Câmara Municipal de Portimão a promover este loteamento, dado que é proprietária dos trinta e sete hectares, ou seja, mais de noventa por cento do



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



plano de pormenor e criar habitação respeitando claro o plano existente e criando uma solução para a crise habitacional que afeta o município e a população nele residente. -----

-----Depois, havia outra pergunta, mas penso que a Dra. Isabel Abalada de Matos já respondeu que ainda está em tempo útil de cumprir se for a questão desta hasta pública, mas gostaríamos aqui de levantar esta questão que é, quais são as garantias dadas pela Câmara que após a concretização desta hasta pública o lote cento e sessenta e quatro será cedido ao município alterando o seu destino para a construção dizem de um campus, mas já se percebeu pela dimensão do terreno e pela dimensão da implantação que será um polo universitário, respetivas residências para estudantes, como a senhora Presidente vem anunciando não só nesta Assembleia, mas também na comunicação social, uma vez que este lote está destinado a comércio. Este destino poderá ser alterado? Cumpre os índices urbanísticos do plano pormenor do barranco do Rodrigo? São essas as nossas dúvidas. Muito obrigada. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que por falar em público, um debate tão complexo como o desta noite e vê uma dezena de munícipes, cidadãos portimonenses que, ou por desconhecimento, ou por falta de comunicação não se apresentaram aqui para um debate tão complexo, estranha imenso.

-----Ora, senhores presentes, eu não sou arquiteto, não sou engenheiro e muito menos advogado. Não entrarei por partes técnicas nem jurídicas. Gostaria simplesmente de dissertar alguns considerandos. Ora bem, estamos no procedimento de hasta pública de alienação ou depilação do ativo, sito no barranco do Rodrigo em Portimão, cerca de trinta e sete hectares. -----

-----Desejando fazer uma pequena introdução, diria que o decreto-lei nº. 45/2022 de 8 de julho, prorrogou os prazos estabelecidos no RGJIT, regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, para a incorporação de regras de classificação e qualificação do solo nos planos municipais até ao dia 31 de dezembro de 2023. Logo, os PP, planos de pormenor cairão por caducidade até 31 de dezembro. Determina o número dois do artigo um do regulamento do PDM, segundo o Conselho de Ministros nº. 24/94 de 22 de abril, que o plano deve ser revisto antes de decorrido o prazo de dez anos a contar da data da sua entrada em vigor nos termos da lei vigente. Note-se que o PDM ainda vigente no concelho de Portimão data de 2008. -----

-----O município de Portimão poderá realizar as alterações necessárias e a inclusão num novo plano de pormenor do polo do campus universitário, em troca da área comercial que não estava contemplado no anterior plano. -----

-----O Partido Chega salvaguarda o interesse em ter conhecimento da correspondência protocolar entre o município de Portimão, a CCDR Algarve e a UALG, sobre a inclusão do polo campus universitário no barranco do Rodrigo. -----

-----Passando agora para as avaliações que nos são facultadas no processo de deliberação nº. 429/23, e passando a citá-las, teremos. «Em 31-12 de 2012, a avaliação patrimonial do prédio rústico terreno Barranco do Rodrigo, feita pelo senhor engenheiro José Felisberto Rosado Marques, cifrava-se num



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



montante de vinte milhões, setecentos e vinte e oito mil euros. Avaliação efetuada no cumprimento do estabelecido pela CMVM, regulamento 08/2002, bem como da legislação aplicável no decreto-lei 60/2002 de 20 de março e com critérios definidos pelos organismos internacionais IVSC e TEGOVA. -----

-----Em 10-10 de 2022, passados dez anos, a avaliação foi efetuada novamente pelo senhor engenheiro Felisberto Rosado Marques, pela quantia de oito milhões, setecentos e cinquenta mil euros. E por último, em 02-06-2023, a avaliação do mesmo prédio rústico Barranco do Rodrigo, a cargo penso que da senhora engenheira Ana Paula Pereira, cifra-se na sua base de licitação por dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros. -----

-----Transcorridos mais de dez anos entre a primeira e a última avaliação, verifica-se um decréscimo de cinquenta por cento ao valor atribuído primitivamente. Pelos vistos, o prédio rústico terreno barranco do Rodrigo desvalorizou para metade na última década». -----

-----A argumentação do município nesta desvalorização, baseia-se na situação económica menos favorável que o país e a Europa atravessam, com a transposta pandemia do Covid-19, a guerra na Ucrânia e acima de tudo com a muita oferta na pouca procura imobiliária. A incerteza dos mercados pela tardia recuperação da inflação, com as consequentes dificuldades das famílias e empresas, porquê a opção da alienação ser neste contexto desfavorável? Qual a relação que existe entre o atraso do PDM e esta opção política atual, como um dos ativos territoriais mais importantes do concelho. Há uma alteração do plano pormenor, com a cedência do terreno à Universidade do Algarve, para a construção do futuro campus de Portimão, o qual está classificado como comércio e serviço. Esta alteração do uso pressupõe uma ilegalidade à alteração do plano. Perante esta ilegalidade, o Partido Chega alertou em reunião de Câmara os restantes membros presentes em sessão. O Partido pede à autarquia que efetue mais que uma avaliação, entre elas mais duas independentes. O município de Portimão sabe qual o custo das infraestruturas? Sabendo de avaliação galopante dos terrenos nas últimas décadas, nomeadamente em zonas, cidades turísticas como é o caso de Portimão, ainda mais sabendo da valorização que acrescenta a possibilidade de solo urbanizado para utilização de equipamentos na área de educação e ensino, como é possível a empresa avaliadora confirmar uma desvalorização? -----

-----Exma. Sra. Presidente Dra. Isilda Gomes, proferiu em reunião de Câmara não fazer sentido a construção do campo de futebol, da piscina olímpica, nem do pavilhão para exposições. Perante esta declaração, mais prova que o PP, plano de pormenor do barranco do Rodrigo, está desatualizado. O Partido Chega defende a elaboração de um novo plano para o terreno municipal em questão. Não entendemos a urgência na venda do mesmo, quando todos os PP se extinguem no dia 31 de dezembro de 2023, desde que não sejam executados. O que tem o executivo a responder perante isto? Paradoxalmente que pareça, as empresas imobiliárias proliferam em Portimão como cogumelos e dão sinais de riqueza em tempos record. Isto vem em desabono aos motivos que o executivo apresentou na venda, na lapidação, ou na alienação por hasta pública por valores tão baixos. Logo, o setor imobiliário não se tem ressentido com os argumentos que o município de Portimão cita ao querer alienar pela uva mijona, desculpem-me o termo,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



o prédio de luxo supracitado. Maior é a razão e convicção que um bom gestor procura comprar em baixo e só vender em alta, que é o caso do município. Mais me apraz dizer, rimando, que quando tudo sobe de preço e o vendo barato, algo está escondido no mato. Desculpem-me a rima. -----

-----O Partido Chega sempre votou contra desde o início nesta intenção. Está na altura certa para parar e questionar, será um bom negócio para os cofres públicos municipais, ou urbanizar o plano de pormenor e vender à posteriori com valorização muito superior. Qual o melhor negócio para os portimonenses, qual a estratégia e objetivo tem a autarquia com esta alienação? -----

-----O Partido Chega defende que os portimonenses devem ser chamados, através de referendo local, em exprimirem-se sobre o destino do PP do barranco do Rodrigo. Esta intenção foi divulgada pelo Partido Chega em reunião de Câmara e expressa em declaração de voto datada de 21 de junho de 2023. E por agora, muito obrigado. Tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que de facto tem estado aqui a ouvir várias intervenções dos membros da Assembleia e pouco lhe resta acrescentar. No entanto, eu gostava que a senhora Presidente esclarecesse qual é a posição desta senhora Presidente perante os seus eleitores durante as últimas duas campanhas eleitorais. Aqui falamos que este imóvel é a joia da coroa e o parque verde com oitenta hectares foi a joia da sua campanha durante duas eleições, para enganar os cidadãos portimonenses e os eleitores, os cidadãos que votaram nesta senhora, porque esta senhora sabia perfeitamente que havia uma grande ansiedade dos cidadãos em um parque verde. Aliás, a publicação deste artigo no Barlavento, houve uma publicação em 26 de julho de 2018, que realmente era intenção da Câmara Municipal utilizar parte do espaço disponível entre a praia do Vau e as 4 estradas, era denominada por OP1, para criar um corredor verde que pode chegar aos oitenta hectares. A proposta já tinha sido tornada pública no programa eleitoral do Partido Socialista PS às eleições de 2017 e prevista no âmbito do plano diretor municipal PDM, e ainda terá de ser alvo de consulta pública, será de novo referida na Assembleia Municipal. -----

-----Senhora Presidente, depois destas promessas, como é que a senhora justifica aos seus eleitores e aos cidadãos de Portimão esta mudança de alteração, nomeadamente vender um terreno que era prometido e que foi alvo de angariação que a senhora usou para angariar votos, que seja agora vendido ao desbarato. Digo-lhe que, o relatório que está junto a este processo é um atestado de estupidez, tanto para nós membros da Assembleia Municipal, como todos os cidadãos, há uma desvalorização... Este relatório não passa de uma tentativa de passar atestado de estupidez a nós deputados nesta Assembleia. Como é que é possível um terreno destes, a senhora Presidente no âmbito da sua profissão, ou eu na secção de imobiliário vendemos e sabemos, tivemos negócios, estamos presentes em negócios, sabemos o valor dos terrenos que são vendidos, perto deste terreno são vendidos terrenos para dois blocos de construção de nove mil a dez mil euros e os senhores vêm dizer que este terreno desvalorizou durante quatro anos! Desculpe, o que é isto se não é um atestado de estupidez a todos nós? O que é isto, senhora



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



Presidente e não me interrompa e se eu quisesse ser Presidente da Câmara Municipal já tinha começado há muitos anos, eu já lhe disse várias vezes que estou aqui, está a ver aqui o espaço, está-me a ver aqui os minutos para não falar mais, não é? É sua lógica e a artimanha que costuma fazer, não é, mas comigo não vai dar senhora Presidente, porque a senhora se tiver que interromper novamente esta Assembleia Municipal, interrompe, portanto, deixe-me continuar! De facto, eu viria melhor, este espaço que a senhora Presidente usou durante dois mandatos, duas eleições consecutivas para angariação de votos era um parque verde, oitenta hectares! Agora, verificou-se que nem oitenta, nem quarenta, nem vinte hectares! Senhora Presidente, tenha coragem, faça sim senhora um campus universitário, sinta com dignidade, com o espaço verde, todo o benefício da sua população e dos eleitores que votaram em si, convencida que a senhora era pessoa de bem ao prometer isto na sua campanha eleitoral. Isto é estar, a senhora diz habitação mais, que seja a habitação privada a propriedade, a habitação dos proprietários privados aceder perante o direito à habitação do estado. Senhora Presidente, tenha coragem, agarre neste imóvel, faça construção, pelo menos construção a custos controlados! Não peça aos privados para darem aquilo que trabalharam quando a senhora está a esbanjar o património público. Tenho dito. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, continuo a dizer, porque é minha competência e minha obrigação, há palavras que não se devem utilizar na discussão política, e a senhora deputada, por reincidência sempre em todas as assembleias, faz aquilo que nenhum outro deputado desta casa faz. Não trata o executivo com o respeito, uma coisa é a luta política, outra é o respeito que as pessoas que são eleitas pelos portimonenses nos merecem, todos nós que aqui estamos somos eleitos locais e merecemos esse respeito dos nossos pares e é só isso que eu peço à senhora deputada, mais nada, falará o tempo que tiver disponibilizado nos termos do regimento, ninguém lhe tira a palavra, ninguém a interrompe, ninguém fará nada, mas a única coisa que peço a si, como peço a todos os outros membros da Assembleia Municipal e que consecutivamente respeitam, apesar da vivacidade da discussão política, apesar da argumentação política, todos respeitam isso e quando não respeitam eu intervenho e faço esse tipo de intervenção e não foi só com a senhora deputada que já fiz essa intervenção. Agora, a senhora deputada continua sempre a ter o mesmo tipo de argumentação e é isso que nós não aceitamos e é isso que eu não aceito. Agradeço agora a sua intervenção. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, senhora Presidente, desculpe, deixe-me só responder, deixe-me só responder! ----

-----Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não precisa que responda. Está registado em ata e está gravado. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora deputada Independente **Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros**, vou responder, senhora Presidente. A partir do momento em que a senhora Presidente respeita a ata, os deputados independentemente, os deputados independentes..... -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, quero começar por agradecer os esclarecimentos que a senhora Presidente da Câmara, Dra. Isilda Gomes nos prestou mas, contudo, não abrangeu tudo aquilo que eu lhe perguntei talvez por esquecimento.

-----Eu, a primeira pergunta que fiz, foi porque é que seguimos este caminho de vender em hasta pública o terreno do barranco do Rodrigo e porque é que não se propôs o município a ser ele próprio promotor e a avançar, e foi isso que não vi aqui explicado e gostava de tentar perceber o porquê, qual é a vantagem para o município e para os portimonenses, qual é a vantagem por este projeto ser promovido por um investidor privado. -----

-----Também não foi esclarecido porque é que não foram realizados atempadamente, porque agora estamos todos com muita pressa, mas estivemos anos e anos parados relativamente a este projeto e agora estamos todos com muita pressa, porque é que não foram feitos atempadamente os estudos que se impõem para o avanço sustentável deste projeto. Também não vi isso explicado, assim como, é assim, ouvi e eu não sou técnico, não percebo nada desta área do urbanismo e de loteamentos, não percebo nada, confesso, mas causa-me alguma estranheza quando me dizem que a partir do momento em que é vendido um terreno em hasta pública o projeto está em execução, porque é assim, eu vendo um terreno meu ou outra pessoa, mesmo que aquilo tenha lá um projeto antigo ou coisa assim, o projeto não está em execução, portanto, ser a Câmara a vender o terreno e automaticamente para o adjudicatário já está em execução, está em execução como? Se há estudos obrigatórios que não foram feitos, não foram aprovados, o processo de loteamento não está aprovado, como é que está em execução? Gostava de ver esclarecido, eu confesso que não percebo nada sobre o assunto, mas estou a tentar fazer, penso que me fiz esclarecer a dúvida. -----

-----Outra coisa também, e aí há uma questão que não fiquei muito satisfeito com a resposta, foi o facto de não ter havido um estudo do tráfego rodoviário e depois vir a senhora Presidente dizer que vai ser feita a V2, que vai precisamente desaguar na V6, uma via que já está congestionada. Portanto, a única coisa que pretendem construir é uma via que vai dar a uma que já está congestionada. Penso, pelo menos foi aquilo, é a V2 que liga a Forportil à V6. Não? Foi isso que eu percebi. -----

-----Interveio a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, para dizer que foi ela que se enganou. -----

-----Ficou com o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, foi isso que disse há um bocado, não foi, senhora Presidente? Pronto, já agora vai dar aonde? Peço desculpa, ah! ok, está bem, muito obrigado então e espero por esclarecimentos adicionais que pedi. ----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, respondendo ao senhor membro da Assembleia Municipal Ricardo Cândido, eu devo dizer-lhe o seguinte, a área de construção do campus universitário é de trinta e sete mil metros quadrados mais cave. A área de construção, é o que eu estou a dizer, não é a área de implantação, é a área de construção. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Depois, dizer-lhe que obviamente aquilo que se pretende neste campus universitário são novas áreas de estudo, não é transportar aquilo que temos no polo, no atual polo para ali, não. É sobretudo o campo das engenharias, porque nós temos aqui um autódromo que vai buscar engenheiros fora, porque nós não formamos engenheiros nesta área e, portanto, vamos aproveitar a mais-valia que temos no autódromo, inclusivamente para poderem fazer estágios, etc. portanto, será mais dedicado a estas áreas, áreas que inclusivamente não há em Faro, portanto são áreas mais tecnológicas e daí que seja um campus universitário e não um polo, porque o polo como sabemos tem os cursos que tem a Universidade do Algarve em Faro e tem aqui um polo com esses cursos, não é o caso, serão novos cursos. -----

-----Depois, dizer-lhe que de facto, vamos ter mesmo um corredor verde, é isso que nós pretendemos e devo dizer, por exemplo, respondendo também ao senhor deputado municipal do Bloco de Esquerda Pedro Mota, só para o espaço verde são dezoito hectares, o que corresponde a dezoito campos de futebol, dezoito campos de futebol e, portanto, continuaremos obviamente com o corredor verde, o que vai aumentar como é óbvio esta área. -----

-----Depois, relativamente à diferença entre aquilo que nós temos que são os dez milhões e seiscentos ou novecentos, ou lá o que é e os dezoito milhões, eu devo dizer que nesses dezoito milhões que foram aprovados, ou melhor, que foi feita a estimativa incluíam as infraestruturas aqui a estes dez milhões, quase onze milhões, nós temos que aumentar as infraestruturas, que de acordo com a informação que temos, no mínimo custam seis milhões de euros e quando me perguntam porque é que não foi a Câmara a fazer, porque nós entendemos que temos mais coisas para fazer com esses seis milhões que os portimonenses precisam mais do que estarmos a fazer as infraestruturas naquele espaço e, portanto, são certamente mais de seis milhões e, portanto, atingirá os tais dezoito milhões que inicialmente foi feito como a avaliação, e claro que o dinheiro para as infraestruturas, estes seis milhões, quer dizer, é um bocado difícil para nós neste momento dispormos assim de seis milhões para fazer infraestruturas para termos um parque verde e para termos a universidade. Portanto, acho que é um bocadinho de mais e se calhar os portimonenses não perceberiam. -----

-----Depois, alienar património público? Pergunta a senhora deputada municipal Lurdes Melo. Olhe, ó senhora deputada municipal, o que nós temos feito mais é adquirir património e ainda agora para que fique a saber, vamos fazer a escritura do Alfagar, porque finalmente já veio o visto do tribunal de contas. Portanto, nós estamos a comprar património, este património é património que de facto vem trazer uma grande mais-valia aos portimonenses e naturalmente a quem gere a Câmara também, porque eu também sou responsável por gerir a Câmara, como é óbvio e, portanto, nós não desenvolvemos o plano exatamente por isto, porque tínhamos que investir no mínimo seis milhões de euros. Quais são as garantias de devolução do lote para a universidade, obviamente que temos todas as garantias, mas eu depois naturalmente pedirei à Dra. Isabel Abalada Matos para dar essa informação. -----

-----O senhor deputado municipal Mário Espinha, já respondi, portanto, na primeira avaliação estavam incluídas as infraestruturas, neste momento, não, estão excluídas. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----O PP, é que quer dizer é que se nós não avançarmos agora, o PP cai, passa a terreno rústico, está incluído na faixa dos dois mil metros à linha de água e, portanto, de acordo com o POC não podemos fazer nada nunca mais e, portanto, nunca mais e, portanto, é por isso que nós estamos neste momento a insistir para resolvermos naturalmente esta questão. -----

-----Relativamente à senhora deputada Ângela Venâncio, eu só lhe queria dizer uma coisa, é que coragem é coisa que eu tenho demonstrado mais ao longo da minha vida. Eu diria senhora deputada municipal que coragem é o meu nome do meio, porque se não tivesse tanta coragem como tenho tido, se calhar as coisas seriam bem diferentes, portanto não me venha falar de coragem, não me venha falar de promessas aos portimonenses, não me venha falar disso, porque não me dá lições. A mim a senhora deputada municipal não me dá lições nem de ética, nem de política, nem de gestão, e eu já dei provas mais que cabais de que sei gerir esta casa de tal forma que tirei esta casa dos problemas que tinha e continuaremos a tirar. Portanto, não me dá lição nenhuma e, portanto, agradeço-lhe que não se dirija mais a mim da forma como o tem feito, porque quando o fizer eu levanto-me e vou-me embora. Portanto, é isso que vou fazer. E depois veio dizer também que desvalorizou durante quatro anos, já respondi, há quatro anos incluía as infraestruturas, agora não inclui as infraestruturas e que passei um atestado de estupidez aos portimonenses. Olhe que os portimonenses são inteligentes, inteligentes, não são estúpidos, não os chame estúpidos, porque eles não são, serão tudo menos estúpidos e, portanto, ninguém os leva e a senhora também não os levou. -----

-----Quanto ao senhor deputado municipal Vítor Couto, o município ser o promotor já lhe respondi, é porque de facto nós tínhamos que investir muito dinheiro nas infraestruturas e de facto, entendemos que a melhor forma de rentabilizar este terreno é assim, ó senhor deputado, se estivesse aqui provavelmente tomaria outra decisão. Esta é a nossa decisão e cabe-nos assumi-la perante os portimonenses e, portanto, nós seremos julgados em eleições quando lá formos pelas atitudes que tomamos. O que lhe posso dizer, é que de facto no nosso programa isto estava lá, portanto a construção do parque verde, não estava a universidade, não estava o campus universitário. -----

-----Quanto aos anos e anos parados, de facto, a urgência neste momento foi, quem nos pôs a urgência neste momento foi a universidade e, portanto, a universidade está neste momento já a trabalhar no projeto e nós temos que nos desunhar como se costuma dizer em bom português, para não perdermos esta excelente oportunidade, que é trazer massa crítica para Portimão, é trazer mais jovens a estudar para Portimão, é para darmos oportunidade aos portimonenses também de tirar cursos diferenciados que não sejam mais do mesmo, que não seja só turismo, já chega, turismo e hotelaria, hotelaria e turismo, quer dizer, não, vamos diversificar, vamos fazer outras coisas, aliás como não sei se o senhor deputado municipal Vítor Couto sabe, mas já está instalado e vai abrir brevemente, já está instalada uma fábrica, uma empresa no autódromo para fabricar carros elétricos e, portanto, aquela pode ser uma forma de ser o início de muitas outras e se nós tivermos capital humano devidamente formado também captamos melhor este tipo de empresas da alta tecnologia e eu sei que o senhor deputado municipal Vítor Couto me



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



compreende perfeitamente e nisso está de certeza absoluta de acordo comigo, não tenho nenhuma dúvida. Tenho dito, senhora Presidente, passava à Dra. Isabel Abalada Matos, para explicar aquilo que era preciso e se precisar de tempo, vou pedir aqui ao Partido Socialista se nos cede algum tempo, está bem? -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Dra. **Isabel Abalada de Matos**, respondendo à senhora deputada Lurdes Melo e às questões que colocou, eu compreendo a sua preocupação relativamente às cedências no âmbito da operação de loteamento, onde se inclui o lote cento e sessenta e quatro, as cedências integram-se no património municipal, no domínio público-privado do município com a emissão do alvará e, portanto, a Câmara está sempre salvaguardada para receber estes lotes, até porque depois esta operação de loteamento vai ser acompanhada também de um contrato de urbanização e, portanto, estará sempre, sempre salvaguardada com a entrega destas parcelas, quer das parcelas A, B e C para os espaços verdes, etc. quer com este lote cento e sessenta e quatro, que é para a universidade. -----

-----Quanto à outra questão que colocou e que também já um ou outro deputado municipal colocou, que tem a ver com o uso e com o uso do que o plano estabelece para aquela área e este uso não ser precisamente o mesmo, isso é verdade e o plano vai ter que sofrer à posteriori, ou uma pequena suspensão, ou uma pequena alteração para adequar o uso previsto para o campus universitário, adequar o plano àquilo que está previsto para o uso em concreto que se lhe quer dar. Obviamente que nesta fase de loteamento o que está a acontecer é a cedência de áreas para integrarem o domínio municipal com a operação de loteamento. Depois, para a construção do campus, obviamente vai ser preciso fazer uma pequena alteração ou uma pequena suspensão ao uso desse lote no plano pormenor. -----

-----Quanto à questão que o senhor deputado municipal Vítor Couto colocou relativamente à questão da execução e da hasta pública, eu compreendo, deixe-me dizer-lhe que há muitas outras situações de muitas outras áreas do país em que as hastas públicas têm sido consideradas por acordo com as CCDR locais e esta CCDR do Algarve também terá que dar o seu acordo obviamente, em que as hastas públicas são consideradas para efeitos do artigo oitenta e dois da lei de solos como direitos preexistentes e juridicamente consolidados que fazem o uso do solo ser classificado como urbano. Tem acontecido noutras áreas do país as hastas públicas terem este efeito e, portanto, estamos em crer que aqui também vai acontecer obviamente. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda **Pedro Miguel Sousa da Mota**, pois, senhora Presidente, foi de encontro àquilo que eu disse, no fim de contas se calhar o polo, ou o campus universitário devia ser era na Mexilhoeira Grande, está junto ao autódromo, por isso as pessoas que me vieram falar sobre essa situação por acaso até têm razão e acho que foi bem dito o bloco aqui aproveitar o que os munícipes, os portimonenses nos dizem e trazer para aqui, porque vai de encontro ao que a senhora Presidente também tem em mente. Não concordo muito com esta situação de entregar uma parte do dinheiro para a construção do campus, visto que há o 2030, há o PRR, acho que a Câmara tem mais onde gastar o dinheiro, pagar a dívida, por exemplo, baixar os impostos, acho que é mais válido, já que não vai fazer o espaço verde na totalidade, eu acho que os portimonenses ficavam a ganhar com



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



isso. Já agora, também não vejo no caso de, eu continuo a dizer polo, não vejo residências para os universitários. Tem, mas aqui no documento não tem, não vi aqui e também mais uma vez com a avaliação, visto aqui a avaliação não vejo a mesma avaliação que a senhora Presidente diz que tem as infraestruturas também, não vejo aqui junto, sei que aqui a avaliação é dos vinte milhões e agora estão a querer vender por dez milhões e mais, também a própria perita avaliadora diz aqui que o que está em queda é a parte imobiliária em Portimão, não é isso que me dizem as pessoas que vendem apartamentos. O que eles me dizem, é que não têm produto para vender e que Portimão e as próprias contas da Câmara está visto, que o IMT está a crescer, por isso não há crise em Portimão, não há necessidade nenhuma desta perita avaliadora fazer esse tipo de avaliação e mais a mais acho que se era para vender, era para vender por um bom preço, eu espero bem que, já que não vão seguir a votação do Bloco de Esquerda, eu gostaria muito que os deputados do PS refletissem e votassem como o Bloco de Esquerda, porque acho que Portimão ficava a ganhar com um espaço verde para Portimão e o que eu queria dizer aqui, realmente não recebe os dez milhões, mas também vai ser depois dos IMT e as taxas e taxinhas da construção que vai ser feita. E mais uma vez devia de estar aqui implementado também a construção de quotas, ou seja, que essas casas também fossem para alguns portimonenses com menos posses que podiam simplesmente comprá-las a custos controlados algumas dessas casas, chama-se o arrendamento acessível ou construção por quotas. Devia estar também incrementado neste plano. Obrigado, tenho dito. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, eu, pretendia aqui falar senhora Presidente, daquilo que estão aqui a discutir, fala-se aqui muito do complexo desportivo, desportivo não, era o complexo desportivo agora é o campus universitário, ou será o campus universitário e estamos aqui a discutir a alienação de duas parcelas de terreno e o procedimento para alienar duas parcelas de terreno, e a primeira questão que eu vou repetir senhora Presidente, que a senhora não respondeu da minha primeira intervenção, é porque é que a senhora estando em funções já há dez anos, vai fazer em outubro creio eu dez anos, ou em finais de setembro, só agora é que se lembrou que é preciso jogar a mão àquele plano, porque não houve durante estes quase dez anos, não houve qualquer diligência da sua parte em alterar o plano, em rever o plano, em eventualmente adequar o plano à evolução que houve, entretanto, nestes dez anos, e agora, quer dizer, de repente chegou-nos aqui esta proposta. -----

-----Depois, há aqui outra questão que decorre do valor, a senhora Presidente, enfim, arrogante tem a qualidade de excelente gestora do dinheiro público, disse que era uma péssima opção a Câmara estar a urbanizar e a questionar as obras das infraestruturas para depois vender. Ó senhora Presidente, eu temo que não seja bem assim e vou tentar explicar-lhe porquê. Eu tenho aqui o meu relatório de avaliação do prédio do barranco do Rodrigo que data de 31-10-2012, que foi assinado pelo mesmo avaliador que fez o primeiro relatório, o senhor engenheiro José Felisberto Marques e que avalia em 2012, em outubro de 2012, o prédio em vinte milhões, setecentos e vinte e oito mil euros. Passaram onze anos quase, o prédio não há-de ter desvalorizado, antes pelo contrário e, portanto, se nós aplicarmos aqui algum índice de



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



valorização do prédio que há-de ter ocorrido nestes onze anos quase, com os encargos das infraestruturas que a senhora referiu, eu tenho a certeza absoluta senhora Presidente, mas, enfim, sem fazer grandes contas até porque nem é o meu forte a matemática, que a Câmara poderia eventualmente lançar uma hasta pública para vender uma parte do terreno por valores muito superiores aos valores que estão aqui em causa, muito superiores, com um encaixe financeiro muito substancial e, portanto, se isto é boa gestão, senhora Presidente, eu tenho aqui sérias dúvidas, ou então falta-me aqui algum elemento que a senhora terá, mas que também não está aqui em cima da mesa. -----

-----Depois, relativamente às explicações que a senhora Dra. Isabel Abalada de Matos deu e que eu agradeço, eu tenho aqui algumas dúvidas que decorrem da compatibilização da nova redação que foi dada ao 199 do RGIT, com o prazo de 31 de dezembro com o artigo oitenta e dois da lei de bases dos solos. -

-----O artigo oitenta e dois da lei de bases, nomeadamente creio que no número três fala em procedimentos de alteração, revisão de planos em vigor e na manutenção do carácter de solo urbanizável de prédios, ou de terrenos que já existem e, portanto, uma de duas, quando a senhora doutora fala aqui que o ato de adjudicação no âmbito da hasta pública gera direitos na esfera do adjudicatário e esses efeitos mantêm o plano em vigor, eu tenho algumas dúvidas nessa asserção, eu percebi assim desta maneira, peço-lhe que me corrija se disse mal, pronto. Porque é assim, a não ser que no contrato de promessa que há-de ser celebrado com o adjudicatário a seguir no prazo de sessenta dias do ato de adjudicação esteja lá uma cláusula que diga que esse promotor tem que fazer uma revisão do plano até 31 de dezembro de 2023, ou pelo menos iniciar o procedimento de revisão do plano até 31 de dezembro de 2023, eu tenho sérias dúvidas que o ato de adjudicação, um mero ato de adjudicação, que crie aqui uma norma de que, na prática, não tem, enfim, declaradamente esse teor, mas, na prática, vá manter a classificação do solo como solo urbanizável que é o caso e, portanto, gera-se aqui esta dúvida, e eu não sei muito sinceramente senhora doutora, enfim... dizia eu que não partilho do otimismo que a senhora doutora aqui disse, que eventualmente até 31 de dezembro que haja esse ato de adjudicação e que seja suficiente, portanto tenho sérias dúvidas que seja assim, mas deixava aqui estas questões. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, só respondendo à senhora Presidente, eu vi que eram os trinta e seis mil metros quadrados de área de construção bruta, mas para um comparativo rápido com o que tenho, dados que tenho disponíveis, teria que ser com a implementação, daí que apresentei os dados de implementação. Por um lado, fico contente com a resposta que me deu, de que os lotes A, B e C não serão para construir nada, mas sim para fazer o parque verde e isso é muito benéfico para os portimonenses, neste caso então tenho outra questão. Se os lotes A, B e C são entregues ao município, quem é que vai custear esses espaços verdes, porque os outros espaços verdes a norte é da responsabilidade de quem compra, dentro dos lotes A, B e C quem é que irá custear, ou se já está incluído de alguma forma aqui que eu não percebi que não sou jurista, que será o comprador a fazê-lo. -----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Depois, tenho uma outra questão, que neste caso é da área jurídica, que não é novamente a minha área, relativamente a possíveis indemnizações que o proprietário venha a requerer devido à alteração do plano de pormenor, considerando que a existência de equipamentos tal como um estádio, piscinas, espaços multiusos e um centro comercial dão maior valor às habitações que está a construir e que pretende vender e a minha questão é, se isto não poderá daqui advir um processo judiciário ou judicial, em que o município fique lesado. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Ricardo Viana**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que a sua intervenção vai ser muito curta e é técnica. Portimão enfrenta desafios significativos em diversos aspetos e que afetam diretamente a qualidade de vida dos seus habitantes. Estamos aqui hoje para discutir a venda de um terreno em hasta pública, com o propósito acima de tudo de construir habitações de luxo premium. O terreno em questão, representa mais do que um mero pedaço de terra. Ele é uma oportunidade única de concretizar aspirações que refletem as necessidades e desejos dos portimonenses. -----

-----A falta de um parque urbano verde é uma lacuna perceptível na nossa cidade e a carência de infraestruturas desportivas compromete o bem-estar físico e emocional de todos nós. Este espaço tão propício para a construção desses equipamentos não deveria ser desperdiçado em favor de empreendimentos premium, mesmo que no projeto apresentado esteja previsto um parque verde desse tipo, mas todos nós sabemos que nunca será o mesmo em comparação com um espaço apenas destinado ao lazer. -----

-----Obviamente que a construção do novo campus universitário pode ser um elemento catalisador para captação de outras áreas de negócio e trabalhadores qualificados, mas para onde irão viver esses trabalhadores se continuarmos a não responder ao problema da habitação? Sabemos que o valor proposto para a venda, cerca de onze milhões de euros, pode parecer tentador. No entanto, devemos ponderar cuidadosamente se esse valor é realmente vantajoso quando comparado com o que estamos prestes a perder. Portimão reclama por mais habitação acessível à classe média. Muitos dos nossos concidadãos veem-se excluídos do mercado imobiliário, devido à dificuldade de acesso ao crédito bancário e à impossibilidade de se enquadrarem nos requisitos para a habitação social. Além disso, a decisão de construir habitações premium, ou seja, de luxo em detrimento das necessidades de habitação para a classe média, é incoerente com os planos de governo para a habitação. Estamos perante uma contradição alarmante ao dar prioridade à construção de casas para segunda habitação, pois é para essas pessoas que estamos a construir, em vez de atender à urgente demanda por casas acessíveis de primeira habitação. Esta decisão, não apenas não vai de encontro aos princípios orientadores do plano do governo para o problema da habitação, mas também revela um desfasamento entre as necessidades reais dos portimonenses e as ações tomadas. Será que os portimonenses não têm direito a viverem em locais premium? Será que os portimonenses estão votados apenas a localizações *lowcost*? Também esperamos que outros projetos de interesse para a nossa cidade que se arrastam por meses ou anos possam receber



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



a mesma atenção que este projeto. Devemos procurar o equilíbrio entre o progresso económico e a preservação dos valores essenciais da nossa cidade. -----

-----Portimão merece mais do que meros empreendimentos de luxo. Merecemos uma cidade que cuide dos seus cidadãos, oferecendo-lhes oportunidades de crescimento, de lazer, e bem-estar. A decisão que se irá hoje aqui tomar mudará o amanhã de Portimão, Portimão é de todos, todos sem exceção. Disse. -

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e referir apenas um pormenor que não foi falado, pode parecer um pormenor, mas já tem havido muita discussão em volta deste tipo de temas, que é o facto de estar previsto neste plano de pormenor que foi aprovado em 2008 e na altura ele não esteve presente, mas este plano pormenor inclui a construção de uma ETAR junto das moradias. Noutras cidades tem havido um esforço grande para tentar tirar este tipo de infraestruturas de zonas habitacionais, devido a problemas relacionados com a exploração de odores, veículos que transportam resíduos que deixam odor também, algum ruído também associado a este tipo de atividade mesmo quando este tipo de instalações são bem exploradas e não posso deixar de referir que é um risco grande estarmos a assumir aqui uma instalação deste género, ainda que perceba qual é que é a intenção, que é a de reutilizar os afluentes produzidos naquela urbanização para rega daqueles espaços verdes, essa utilização é algo com o qual eu concordo, mas nos moldes atuais apenas dizer que é uma estratégia bastante arriscada. Eu pessoalmente não faria, mas acho que é algo que deva referir. Obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD **Cristina Maria Sousa Velha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que vem apenas aqui colocar para rematar umas pequenas reflexões que se lhe foram deparando. E já agora para esclarecer, senhora Presidente, eu já reli aqui os cadernos de encargos umas duas vezes e digo no plural, porque como sempre a documentação para mim está um pouco desorganizada, está um caderno de encargos em cima, depois está o antigo, depois está outra vez em baixo e eu reli todos e o valor, pelo menos nas versões que me foram enviadas e creio que aos restantes deputados é sempre dos oito milhões, setecentos e cinquenta mil, daí senhora Presidente que há aqui uma discrepância de valores que causa depois deficiências na documentação e, portanto, isto causa-nos a nós que vamos ter que votar estes documentos algumas reticências na forma como vamos votar, porque afinal há aqui algum lapso na redação dos mesmos e por falar em redação dos mesmos, eu estou aqui também com alguns problemas em perceber o ponto dezoito ponto um daqui, não é da, é daqui deste documento que tem a composição da comissão e o acompanhamento da hasta pública, o procedimento de acompanhamento da hasta pública, que não consigo entender como é que se processa a adjudicação definitiva, por mais que eu releia este dezoito ponto um não consigo perceber, creio que há aqui um lapso de escrita que impede a perceção do mesmo, a decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação é proposta pelo Presidente da Câmara Municipal, ou ao vereador com competência delegada com base na recomendação que lhe será dirigida pela comissão à Câmara Municipal que sobre esta delibera. É confuso, não percebo e creio que isto será, deverá ser



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



revisto para evitar confusões na adjudicação. Pronto, por fim, eu também, em relação à Dra. Isabel, agradeço muito as suas intervenções e partilho dúvidas, aqui já foram melhor explicadas, explanadas pelo meu colega João Caetano, eu partilho das mesmas dúvidas quanto à questão da adjudicação e questiono mais, quando me fala de adjudicação, refere a adjudicação definitiva ou a provisória? Também gostaria, porque eu creio que, os prazos não vão permitir sequer que se chegue à provisória antes do fim do ano, mas muito menos à definitiva. Todavia, gostaria que me esclarecesse se possível ainda esse pequeno aspeto e concordo, nomeadamente com as questões levantadas com o meu colega e, portanto, a questão do caderno de encargos já disse, aqui a proposta do procedimento é aquele ponto, faz-me muita confusão, esclarecer se é na adjudicação provisória ou definitiva e por fim, a senhora Presidente do executivo falou-nos aqui, portanto a Câmara, que a urgência foi motivada pela universidade e por este protocolo com a universidade isto deixa-me algumas dúvidas, ou seja, se não fosse esta possibilidade desta parceria com a universidade, íamos chegar a dezembro de 2023 e isto ia cair tudo, pronto, repare é a conclusão que eu tiro, porque a urgência não deriva só do protocolo, felizmente existe o protocolo, agora, esta urgência será motivada, inicialmente é porque estamos a chegar ao fim do prazo para se fazer alguma coisa e não se perder a característica da possibilidade de construção e de ser considerado um prédio urbano. Pronto, os problemas da habitação já foram aqui bastante explicados e também não consta nesta documentação esta referência que a senhora Presidente disse que existe para a habitação mais acessível, ou para a habitação local. Pronto, isto são algumas falhas que nós entendemos na produção desta documentação, eu se calhar percebi mal e, portanto, só esclarecimentos e tenho dito. Obrigada. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, começo por responder ao senhor deputado municipal Pedro Mota. Eu respeito naturalmente, como sabe, não é, aquilo que é o seu pensamento e as suas ideias, naturalmente não temos que ter as mesmas ideias e respeito muito as suas ideias, não há propriamente uma pergunta que me fez, mas só para lhe dizer que respeito muito aquilo que é a sua ideia, ou a ideia do seu partido, obviamente cada um tem as suas e nós temos que as assumir e é isso que nós estamos aqui a fazer. Como Partido Socialista, nós estamos aqui a assumir aquilo que são as nossas propostas e as nossas ideias de cidade e depois seremos julgados por elas, como é óbvio. -----

-----Quanto ao senhor deputado João Caetano, eu queria-lhe dizer o seguinte. Primeiro, como sabe, nós tivemos um grande litígio com o grupo Lena e, portanto, isto arrastou-se anos e anos, o litígio com o grupo Lena, estamos finalmente a chegar ao fim, finalmente estamos no fim. -----

-----Depois, diz que vinte milhões, portanto, desvalorizou. Ó senhor deputado municipal, desvalorizou porque agora é menos, não é, mas eu vou-lhe dizer uma coisa, eu gostaria e se toda a gente acha que é muito bom e que está muito baixo o valor, então eu acho que vai haver muita gente a candidatar-se, a concorrer à hasta pública e isto vai subir. Então, se calhar, chegamos aos vinte ou trinta milhões, não é? o que seria de facto uma coisa sensacional. Por isso é que a hasta pública é boa, é uma esperança, é uma esperança e um desejo também, obviamente, por isso é que eu sou católica e praticante, portanto, e, a



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



esperança é a última coisa a morrer e, portanto, mas isso naturalmente que a hasta pública dá-nos essa possibilidade, obviamente de haver lanços e de subir em flecha se houver muitos candidatos, mas sabe o que é que me têm dito? É provável que nem apareça ninguém por este valor, pelos dez milhões e tal, vamos ver, vamos ver. Olhe, pelo menos que apareça um, olhe já sabe mais do que eu, que eu não conheço nenhum, mas isso o senhor é livre de especular o que quiser, eu não conheço nenhum que se vá candidatar e o que me têm dito é que é um preço elevado. -----

-----Bom, senhor deputado Ricardo Cândido, dizer-lhe que a realização das infraestruturas está no caderno de encargos, portanto eles têm que as fazer, as infraestruturas. -----

-----Senhor deputado Ricardo Viana, eu conheço muito poucas cidades que possam ter um campus universitário e um parque verde num espaço premium. Portimão merece e eu acho que de facto os portimonenses vão ter orgulho naquele espaço. Sinceramente eu acho que vão ter muito orgulho no espaço que vamos fazer ali. Obviamente que as infraestruturas são feitas pelo promotor, por quem comprar, obviamente, depois digamos que a construção do parque propriamente dito, claro que é nossa, a colocação das árvores, tudo o resto, tem que ser um projeto nosso, isso já não cabe ao promotor, isso é nosso, é nosso e naturalmente que nós até aceitamos sugestões, porque de facto acho que deve ser um espaço onde todos nos sintamos bem, onde todos sejamos capazes de estar a usufruir de um belo fim de tarde, de praticar o nosso *jogging*, etc. e, portanto, acho que deve ser um projeto que deve ser inclusivamente debatido para ver se toda a gente se revê nesse projeto de parque verde, e quanto à habitação, como sabe, nós temos uma estratégia municipal da habitação para construção de seiscentos fogos, seiscentos e, portanto, são quase duzentos a mais daqueles que nós temos neste momento em termos de pedidos, isto já para cobrirmos todos aqueles que possam aparecer a seguir. -----

-----O senhor deputado Bruno Candeias, a ETAR, obviamente que eu não sei neste momento, agora, o que lhe posso dizer, é que se nós conseguíssemos construir ETARES em todos os empreendimentos e pudéssemos reaproveitar as águas seria extraordinário em termos de melhoria para a pegada ecológica e para o nosso clima, e lembrou isso e disse isso e muito bem e, portanto, a sua intervenção ao fim ao cabo foi ao encontro disso mesmo e, portanto, eu ficaria muito satisfeita se conseguíssemos ter isso em todas as urbanizações. -----

-----A senhora deputada Cristina Velha, eu não sei que mais é que lhe hei-de dizer, aqui estão dez milhões, aí estão oito milhões, a verdade é que é dez milhões, a senhora Presidente da Assembleia Municipal não teve dúvida nenhuma, colocou nas peças que foram publicadas os dez milhões, portanto é dez milhões ponto dez milhões, novecentos e tal ponto e esperemos que chegue aos vinte milhões. Muito obrigada. Vou passar à Dra. Isabel Abalada Matos. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a Dra. **Isabel Abalada Matos**, o senhor deputado municipal João Caetano levantou a questão e eu talvez me tenha explicado mal. O que eu disse, foi que os planos, todos os planos têm que se adaptar até 31 de dezembro de 2023. Ok? Agora, o que o 82 da lei de bases nos diz, é que podem manter a classificação como urbanos, aqueles terrenos que já dispunham de licença,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que já dispunham de contratos de desenvolvimento urbano e que já dispunham de direitos juridicamente preexistentes e juridicamente consolidados, ou expectativas jurídicas que determinem que aquela pessoa destinatária daquela expectativa jurídica, o titular daquela expectativa jurídica que foi destinatário de um ato do município que a convocou, possa fazer valer e manter o terreno como urbano e, portanto, e da experiência que temos em outras situações, outras áreas, Lisboa e Vale do Tejo, Centro, Norte, as CCDR têm entendido que a existência de hastas públicas tem como consequência a manutenção do solo como urbano, eu não digo que isto tem como consequência que o plano não caduque, não é isso e os planos não caducam, os planos têm de ser adaptados sob pena de consequências, ok? Mas os planos não caducam, não há uma caducidade associada ao 199. -----

-----Relativamente à senhora deputada à questão que colocou, eu diria que a expectativa é tanto mais forte quanto haja uma adjudicação definitiva, é menos forte se houver uma adjudicação provisória, mas isso é a lei, é o direito, é mesmo assim, não é? A expectativa é reforçada ou não. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN **Ricardo Cândido**, para dizer que agora neste momento ficou um bocadinho confuso com o que a senhora Presidente Isilda aqui lhes indicou que relativamente ao parque verde teria que ser o município. E eu estava a questionar dentro dos lotes A, B e C, porque o parque verde de fora já é da responsabilidade de quem compra, porque ele já estava previsto como espaços verdes de utilização coletiva e já diz no ponto seis do caderno de encargos que «o adjudicatário fica obrigatório a ceder ao município»... e no ponto B, «espaços verdes de utilização coletiva». Portanto, não vai ser de discussão. É isto? Pronto é só dentro daqueles. Muito obrigado, disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Bruno Candeias**, apenas para esclarecer o meu ponto de vista ainda há pouco. Eu concordo com a senhora Presidente, seria o ideal que todas as urbanizações estivessem como estágio, tivessem ETARES pudessem reaproveitar os efluentes produzidos. O que eu alerto, é que é um risco construirmos ETARES junto a povoações, junto a habitações. ETARES estão associadas a problemas de odores mesmo quando são bem exploradas, estão associadas a problemas de ruído e de transporte de viaturas que carregam resíduos. Portanto, dizer do ponto de vista estratégico é uma opção do executivo, realmente temos que aceitar, o risco é aceite pelo executivo, mas não é uma opção que tecnicamente seja unânime dentro de especialistas da área, e atualmente em vários concelhos o que se está a lutar é no sentido inverso, é termos as ETARES localizadas em locais estratégicos, de modo a não ter impacto negativo junto das populações fazer depois o tratamento e o transporte dos efluentes para reutilizar água tratada quando ela é necessária. Pronto, o meu ponto de vista era esse. -----

-----Pedi o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) **Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira**, a hasta pública soa - nos a uma autêntica negociata que é mais conveniente a um grupo económico que ganhar o concurso, do que aos atuais e futuros munícipes de Portimão a braços com enormes dificuldades do acesso à habitação a preços comportáveis para os baixos rendimentos da maioria das famílias.-----



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



-----Quanto à promessa da cedência do lote cento e sessenta e quatro para a construção de um campus universitário, soa àquela que em tempos foi cedido terreno na Bemposta para construção de um polo universitário e que até hoje nada está construído. A elevada procura de habitação na cidade de Portimão e os preços inoportáveis a que chegaram as rendas, a situação pandémica que se atravessou e as consequências sociais da mesma - na quebra de rendimentos, aumento de desemprego, o insuportável aumento das taxas de juro do crédito habitação, a baixa de salário das pensões, demonstram claramente que só com políticas públicas de habitação é possível fazer face às necessidades existentes. Um problema de tal forma evidente nas maiores cidades europeias, que é inclusive reconhecido pelo parlamento europeu ao aprovar em 21 de janeiro de 2021 uma resolução que insta a sua comissão a desenvolver urgentemente uma estratégia integrada a nível da UE para habitação social pública, não segregada e a preços acessíveis, criando um quadro propício que permite aos órgãos do poder nacional, regional e local garantir uma habitação de qualidade segura, acessível e a preços comportáveis para todos, à modernização dos bairros degradados e ao reforço da urbanização inclusiva e sustentável. -----

-----Para a CDU é inadmissível, dizemos mesmo imoral, que a Câmara Municipal vá alienar definitivamente património público, quando a capacidade construtiva daquele terreno neste concurso comportaria oferta pública de habitação. Esta alienação não favorece os municípios nem a cidade.

-----A Câmara Municipal de Portimão arrastou este processo para, sob a falsa premissa do suposto prazo final de uma lei que é o próprio PS há nove anos que empurra com a barriga, vir agora alienar "ativos" municipais. A Câmara envereda por um caminho de espoliação do património público municipal, dando preferência a negócios que lesam os interesses municipais. Por isso, nós não poderemos acompanhar esta proposta, iremos votar contra. -----

-----Pedi o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel Campos Couto**, é assim, eu acho que uma pequena súmula daquilo que foi hoje aqui dito, podem ser as incertezas que nós temos quanto à exequibilidade deste projeto, porque é assim, é o estar dependente da CCDR, o considerar que está em execução ou não, estar dependente da aprovação dos estudos, estar dependente de uma série de circunstâncias. É complicado assim, mas pronto. Para o PSD, acima de tudo, o nosso foco hoje e sempre, deve estar assente no desenvolvimento do município e na proteção dos interesses da nossa gente. É isso que nos traz aqui a esta casa, e dentro desse espírito de missão, o projeto de discussão aqui esta noite, apesar de ouvir as explicações que foram apresentadas pelo executivo municipal, as quais naturalmente voltamos a agradecer, continuam-nos a suscitar sérias preocupações e muitas dúvidas. ---

-----Este projeto afigura-se muito mais um projeto como tantos outros que já foram desenvolvidos nesta cidade, em que parece acima de tudo priorizar principalmente os interesses daqueles que nos visitam ou que escolhem Portimão para terem uma segunda habitação, mas que pouco ou praticamente nada se preocupa verdadeiramente com o portimonense, e confesso não ter ficado de forma alguma convencido também sobre o mérito da fundamentação aqui apresentada para justificar a realização desta hasta pública ser a melhor opção e aquela que melhor defende o interesse público dos nossos concidadãos,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



sinceramente. Exemplo disso é a precipitação de todo este processo em prosseguir com este, sem garantia previamente de um estudo de impacto ambiental, a definição da capacidade construtiva, a alteração dos solos, o plano de pormenor, nada está feito, nada está acautelado, digamos assim, é algo que verdadeiramente não se compreende qual a razão desta pressa desmesurada, como se estivéssemos perante uma oportunidade praticamente única de fazer um encaixe financeiro que nos libertasse, por exemplo, das amarras do FAM, não é? Será isso? Não, não é, se é por causa da cidade universitária, faça-se a cidade universitária, proceda-se às alterações que tem que se proceder, não é preciso vender o resto. Sinceramente, eu acho que o passado já nos devia ter ensinado que esta gestão um pouco incauta, conduz-nos por maus caminhos, foi ela que nos trouxe à situação financeira em que caímos há uns anos atrás e esta forma como o executivo está hoje aqui a apresentar esta proposta vai um bocado contra isso, não tem qualquer prudência, há muitas pontas soltas, há muitas coisas para aprovar, há muitas coisas para alterar num curto espaço de tempo. Nós estamos aqui sujeitos a estar aqui esta noite toda, passá-la aqui a discutir um assunto que nunca vai ver às tantas a luz do dia. Falamos muito bem, a senhora Presidente fala de um parque urbano, muito bem, eu percebo, foi uma promessa sua e nós gostámos do parque urbano, aliás, nós gostámos deste projeto, a questão não é essa. Agora, como é que vai fazer um parque urbano se, por exemplo, há dez anos quase que prometem um parque da juventude requalificado e não são capazes de o fazer. Porque é que nós havemos de acreditar que agora vão fazer dezoito hectares de parque urbano? Quem é que nos garante? Nada, nós estamos fartos de promessas, senhora Presidente e depois aqui também do ponto de vista sinceramente financeiro, é assim, todas estas incertezas fazem-me lembrar uma teoria económica que é, quanto maior o risco que comporta o risco para o negócio, logicamente maior vai ser o retorno exigido pelo investidor, ou seja, menos vai oferecer pelo terreno, porque ele tem um risco, isto é dos livros meus senhores, mas pronto, é assim, nós PSD, como maior partido da oposição também não estamos aqui simplesmente para criticar as coisas e, portanto, como a senhora Presidente disse às tantas se nós estivéssemos aí desse lado, fazíamos um caminho diferente, claro que sim, certamente o faríamos, ou teríamos as coisas já feitas, os estudos prévios já necessários, as aprovações necessárias para avançar com este projeto, ou então seríamos nós, Câmara, certamente a assumir essa função e a promover este investimento, até porque temos dinheiro, temos capacidade financeira graças a deus para fazer isto, não precisávamos de estar a recorrer e estar a atamancar as coisas sujeitos certamente a ser prejudicados no valor da avaliação que vai ser dado pelos privados a este investimento, e fazendo isso e fazendo assim, há aqui um raciocínio muito rápido, é muito simples, isto temos aqui cento e sessenta e um lotes, alguns com mil metros quadrados e uma capacidade construtiva de duzentos e oitenta metros quadrados. Basta fazer uma aritmética muito simples, se fizesse as obras a senhora Presidente e se vendesse esses lotes a portimonenses por cem mil euros, fazia tanto ou mais do que o que vai fazer com esta hasta pública, senhora Presidente, teria o mesmo retorno financeiro e estaria a dar oportunidade dos portimonenses não terem que fugir ou ter que sair melhor dizendo da sua cidade,



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



porque hoje em dia até a classe média tem dificuldades para conseguir uma habitação condigna aqui em Portimão. -----

-----A estratégia de habitação local não pode ser só para aqueles que são mais necessitados, também devia de olhar para este problema que está a afetar este concelho que nem sequer a classe média consegue hoje em dia encontrar uma habitação aqui neste espaço, e por não ter mais tempo, muito mais haveria a dizer, como já devem ter reparado o nosso voto só pode ser um voto contra, contra esta política atamancada, contra esta gestão incauta, contra esta falta de prudência, contra esta falta de planeamento estratégico que tantas vezes nós dizemos nesta casa que o executivo parece. Muito obrigado. -----

-----Pedi o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PS **Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves**, depois de ouvir aqui as várias bancadas dos vários partidos nesta Assembleia, não posso deixar de dar aqui algumas palavras ao executivo e a este projeto que não me parece assim tão incerto, qualquer negócio é incerto, qualquer hasta pública é incerta, mas esta foi a solução mais célere que o executivo encontrou para poder fazer face ao memorando e àquilo que concordou com a CCDDR e para trazer o campus universitário com algum valor acrescido a esta cidade e com um financiamento que não vai depender somente deste município, pelo contrário, vai ser essencialmente através da universidade que vai ser financiado e, portanto, trará uma mais-valia grande com um desenvolvimento que nós precisamos para fixar aqui pessoas diferentes com outras capacidades, com outra técnica, com outro conhecimento, com outro talento que nos faz falta para esta cidade também crescer. -----

-----Em relação ao parque verde, todos queremos o parque verde, penso que é no parque verde, todos queremos parque verde, o município neste projeto tem um parque verde enorme, um parque verde enorme que vai ter que sofrer uma construção, que vai ter que sofrer uma manutenção e que vai servir todos os portimonenses. Se este projeto não existisse isso não iria existir, continuaria a estar como está e ninguém usufrui e ninguém utiliza. -----

-----Em relação à habitação, podemos não concordar com tudo, mas o projeto de loteamento que está previsto neste plano, neste programa é um projeto que implica cento e sessenta e três lotes se não estou em erro, e estes cento e sessenta e três lotes são para moradias, porque é que hão-de ser habitação secundária, as pessoas que vêm comprar habitação secundária não vêm comprar lotes e moradias para construir, pelo contrário, portanto, à partida estes lotes que também não são lotes extremamente grandes e não serão lotes de preços que aqui os portimonenses também não irão chegar para poder comprar, com certeza que chegarão, porque se já compraram noutros sítios também poderão comprar aqui, porque não os portimonenses a comprar, porque é que dizem que só será habitação secundária? Não me parece que seja, é um lugar sim senhora que todos os portimonenses gostariam de ter, gostariam de viver, porque terá uma envolvente com certeza muito boa e, portanto, não me parece aqui a crítica que fazem e a perspetiva que têm desta habitação só secundária não me parece que seja o objeto deste projeto. É um projeto grande que todos os partidos deviam, no fundo, colaborar e entrar aqui com algumas ideias também construtivas, porque podia sempre ser melhorado para poder servir melhor os portimonenses. O



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



que temos não é mau, é bom, permite iniciar um plano de pormenor que se não fosse assim ficaria com certeza caducado como a Dra. Isabel Abalada Matos aqui já explicou e, portanto, temos que confiar que esta hasta pública nos termos em que vai aqui ser aprovado pela bancada do PS, vai ter com certeza sucesso e o projeto vai evoluir com a estratégia que o município quer e que o executivo já pensou para os portimonenses. Disse. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que se calhar calha bem o momento desta intervenção, que ouvindo aqui a senhora deputada Marina Esteves, que disse que é a forma mais célere ao fim de dez anos do exercício de mandato, ele realmente ficou pasmado com o que ouviu. Ao fim de dez anos dizer que esta é a forma mais célere, enfim, o conceito de celeridade da bancada do PS deixa muito a desejar e, portanto, eu voltava pela terceira vez a perguntar à senhora Presidente, é a terceira vez que vou perguntar, qual é a justificação para em dez anos não ter sido feito qualquer ato de execução deste plano. Portanto, eu gostava que a senhora Presidente desse uma satisfação à Assembleia, quando traz aqui este projeto que nos explicasse porque é que durante dez anos não praticou qualquer ato de execução do plano e agora há esta pressa toda e, portanto, acho que era o mínimo que a senhora Presidente devia aqui à Assembleia e para terminar, ia dizer o seguinte, voltando aqui ao relatório de avaliação que falou ainda agora de 2012, senhora Presidente, a senhora Presidente quando toma opções de gestão da autarquia, nomeadamente alienação de património como é o caso que temos aqui em cima da mesa, não só mas também neste tipo de opções, está sujeito a um princípio que está no CPA, que é o princípio da boa administração e esse princípio diz entre outras coisas que, atos de gestão deste tipo devem ser os mais benéficos para o erário público e para as finanças municipais, em termos de gestão do património e de alienação desse património. -----

-----Ora, pegando neste valor que eu aqui disse de há onze anos de vinte milhões, setecentos e vinte e oito mil que não terá desvalorizado, eu pergunto se vossa excelência continua a defender que ainda que se pusesse aqui em cima um valor referente à infraestruturação do terreno, atenção que este valor foi de 2012 que estávamos no pico da crise do *subprime* e da crise do mercado imobiliário, neste momento estamos numa altura de pico em alta do mercado imobiliário de procura, portanto o valor é praticamente metade deste valor. Eu continuo a perguntar se vossa excelência continua a achar que um valor que satisfaz este princípio que eu acabei de dizer e que é um valor que defende de forma clara os interesses dos portimonenses. Nós aqui defendemos que não e, portanto, seria preferível que a Câmara gastasse eventualmente seis milhões de euros ou quase esse valor na infraestruturação do terreno e eventualmente pusesse esse valor em cima do preço de base de venda, e há outra questão aqui, eventualmente até para investidores seria mais atrativo comprar os lotes já com efeito de decoração feita do que ter que fazer essas obras com os ónus, com os prazos apertadíssimos que estão aqui no caderno de encargos, mas eu, o senhor vereador ri-se, senhor vereador, espero que tenha vontade de rir daqui a uns meses, pode ser que não, mas vamos ver, se deus quiser veremos. Eu mantenho a minha senhora Presidente, entre o seu



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



otimismo e o meu pessimismo estou convencido de que é capaz de aparecer uma proposta, mas veremos. Disse. -----

-----Ficou com o uso da palavra, a senhora Presidente da Câmara Municipal **Isilda Maria Prazeres dos Santos Vargues Gomes**, bom, é só para, relativamente ao senhor deputado municipal Vítor Couto, obviamente que eu percebo o seu arrazoador, por assim dizer, para justificar um voto contra, mas não precisava de tanto, porque a gente já estava à espera que votasse contra, portanto, nem precisava de se justificar, está a ver? Mas eu percebo é jovem, gosto da juventude interventiva, irreverente e com certeza daqui por uns anos é capaz de ter a tarimba suficiente para agarrar as coisas com garra. Portanto, fez a sua intervenção, fez o seu jogo de palavras, mas pronto, eu naturalmente respeito e como disse é bom ver um jovem a intervir, a defender, mas nem era preciso ter perdido tanto tempo, porque nós de facto já sabíamos que ia votar contra. Portanto, só para lhe dizer isto, muito bem. -----

-----Relativamente ao senhor deputado municipal João Caetano, ou é surdo, ou não quer ouvir, já lhe respondi a todas as questões, portanto não vale a pena sequer continuar a insistir. Muito obrigada, senhora Presidente, não tenho mais nada a acrescentar. -----

-----Pedi o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, senhora Presidente, eu gostava que a senhora perguntasse se isto é uma forma respeitosa de responder a uma questão que foi colocada três vezes nesta Assembleia e a resposta é ou sou surdo, ou não quero ouvir. Enquanto se pede respeito aos outros, depois devia-se tratar os outros também com respeito. -----

---- Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** submeteu à votação o ponto 2-a) Discussão e Votação da *Hasta Pública de Venda do Imóvel Rústico sito no Barranco do Rodrigo*, Freguesia e Concelho de Portimão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o n.º 3291/19901015 e inscrito na matriz predial rústica de Portimão sob os artigos matriciais respectivos n.ºs 4 e 57, da Secção AB, com a área total de 373.320,00m², pelo valor base de licitação de 10.986.000€ (Dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros), dos respectivos "Programa do Procedimento de Hasta Pública para Alienação de Activo Imobiliário sito em Barranco do Rodrigo" e "Caderno de Encargos", ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º, do n.º 2 do artigo 77.º, dos artigos 86.º e seguintes e dos artigos 108.º e seguintes, todos do RJPIP, e nos termos do disposto no art. 25º, nº 1, alínea i), do Dec. Lei 75/2013, de 12/09, " autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respectivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública", nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 429/23**, tendo obtido o seguinte resultado: -----

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	1	0	1	0	2



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



VOTOS CONTRA	0	5	3	2	1	1	0	1	13
-----------------	---	---	---	---	---	---	---	---	----

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança). -----

Foi aprovada, **por maioria**, a *Hasta Pública de Venda do Imóvel Rústico sito no Barranco do Rodrigo*, Freguesia e Concelho de Portimão, descrito na Conservatória do Registo Predial de Portimão sob o n.º 3291/19901015 e inscrito na matriz predial rústica de Portimão sob os artigos matriciais respectivos n.ºs 4 e 57, da Secção AB, com a área total de 373.320,00m², pelo valor base de licitação de 10.986.000€ (Dez milhões, novecentos e oitenta e seis mil euros), dos respectivos "Programa do Procedimento de Hasta Pública para Alienação de Activo Imobiliário sito em Barranco do Rodrigo" e "Caderno de Encargos", ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º, do n.º 2 do artigo 77.º, dos artigos 86.º e seguintes e dos artigos 108.º e seguintes, todos do RJPIP, e nos termos do disposto no art. 25º, nº 1, alínea i), do Dec. Lei 75/2013, de 12/09, " autorizar a Câmara Municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respectivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública", nos termos da Proposta - **Deliberação de Câmara nº 429/23**. -----

-----No seguimento desta votação, os líderes das bancadas Portimão Mais Feliz, Bloco de Esquerda, PAN e Chega, referiram que iriam apresentar uma declaração de voto. -----

-----Não havendo mais intervenções e terminada a ordem de trabalhos prevista para esta reunião, quando eram vinte e três horas e vinte e dois minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro** deu por concluída a 6ª Sessão Extraordinária de dois mil e vinte e três, realizada no dia sete de agosto, e para constar se lavrou a presente ata, que tem como suporte a transcrição dos registos fonográficos efetuados da gravação, de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, de acordo com o artigo setenta e um do Regimento.-----

-----De acordo com o instituído no número 6 do artigo 49º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, bem como o número 11º do artigo 40º do Regimento da Assembleia Municipal de Portimão, relativamente às questões formuladas pelos cidadãos, não foi rececionada resposta por parte da Câmara Municipal. -----

-----E eu, Telma Maria Nunes Matias _____ Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão: -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

(Isabel Andrez Guerreiro)

1º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal



MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO



(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)